



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



## APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



## Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

### Diretor Geral

#### Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

### Diretora Administrativa

#### Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

### Editor de Design Gráfico e Diagramação

#### Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

### Características do Periódico

#### Periodicidade:

Mensal

#### Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

#### Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

#### Registro Internacional:

SSN 3085-654X

#### Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

### Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

**publicacao@iiscientific.com**

### Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande  
CEP 88032-005

*A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.*



## Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

### Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

### Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios  
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva  
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva  
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia  
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

### Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

## Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

### Pareceristas

#### **Ciências da Educação**

Dr. Carlos Mendonça  
Dr. Marcelo Pertussatti  
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

#### **Ciência da Saúde**

Dr. Daniel Laiber  
Dra. Luisa Bonadiman

#### **Ciências Jurídicas**

Dr. Avelino Thiago  
Dr. James Melo de Sousa  
Dr. Manoel Coracy

#### **Educação Inclusiva**

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva  
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

#### **Tecnologia**

Dr. Flávio Lopes  
Dr. Geraldo Lúcio

#### **Editor Gerente**

**Rayane Priscila Santos de Souza**

#### **Editores de Seção**

**Karolayne Luana de Oliveira Silva**  
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

#### **Equipe de Produção Editorial**

**Reviane Francy Silva da Silveira**  
Priscila de Fátima Lima Schio  
Lucas Teotônio Vieira

#### **Editor Técnico**

**Balbino Júnior**

#### **Administrador do Sistema OJS**

**Vitor Santos**

**A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL:  
AVANÇOS E RETROCESSOS NO PERÍODO DE 2023 A 2026**  
THE NATIONAL POLICY OF INCLUSIVE EDUCATION IN BRAZIL:  
ADVANCES AND SETBACKS IN THE PERIOD FROM 2023 TO 2026  
LA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCACIÓN INCLUSIVA EN BRASIL:  
AVANCES Y RETROCESOS EN EL PERÍODO DE 2023 A 2026

## RESUMO

A educação inclusiva constitui-se como um princípio fundamental das políticas educacionais contemporâneas, ao defender o direito de todos os estudantes à escolarização em contextos comuns, com equidade e respeito às diferenças. Este trabalho tem como objetivo analisar os avanços e os retrocessos da política nacional de educação inclusiva no Brasil no período de 2023 a 2026, considerando marcos legais, orientações pedagógicas e disputas políticas que atravessam o campo educacional. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental, envolvendo legislações, documentos oficiais e produções acadêmicas de autores reconhecidos na área. A discussão evidencia que, apesar do fortalecimento do discurso inclusivo alinhado aos direitos humanos e à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, persistem tensões relacionadas ao financiamento, à formação docente e à permanência de práticas segregadoras. Conclui-se que a política de educação inclusiva, embora apresente avanços normativos e conceituais recentes, ainda enfrenta desafios estruturais que limitam sua efetivação plena, exigindo continuidade das políticas públicas, investimento estatal e compromisso ético com a diversidade.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; políticas públicas; direitos humanos; inclusão escolar.

## ABSTRACT

Inclusive education is a fundamental principle of contemporary educational policies, as it defends the right of all students to schooling in regular educational settings, with equity and respect for diversity. This study aims to analyze the advances and setbacks of Brazil's national inclusive education policy between 2023 and 2026, considering legal frameworks, pedagogical guidelines, and political disputes within the educational field. The methodology is qualitative, based on bibliographic and documentary research, including legislation, official documents, and academic works by recognized authors. The discussion highlights that, despite the strengthening of inclusive discourse aligned with human rights and the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, challenges remain regarding funding, teacher education, and the persistence of segregating practices. It is concluded that inclusive education policy, although marked by recent normative and conceptual advances, still faces structural obstacles that hinder its full implementation, requiring sustained public policies, state investment, and ethical commitment to diversity.

**Keywords:** Inclusive education; public policies; human rights; school inclusion.

## RESUMEN

La educación inclusiva se configura como un principio fundamental de las políticas educativas contemporáneas, al defender el derecho de todos los estudiantes a la escolarización en contextos comunes, con equidad y respeto a la diversidad. Este trabajo tiene como objetivo analizar los avances y retrocesos de la política nacional de educación inclusiva en Brasil entre 2023 y 2026, considerando los marcos legales, las orientaciones pedagógicas y las disputas políticas en el ámbito educativo. La metodología es de enfoque cualitativo, basada en investigación bibliográfica y documental, incluyendo legislaciones, documentos oficiales y producciones académicas de autores reconocidos. La discusión demuestra que, a pesar del fortalecimiento del discurso inclusivo alineado con los derechos humanos y la Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad, persisten desafíos relacionados con el financiamiento, la formación docente y la continuidad de prácticas segregadoras. Se concluye que la política de educación inclusiva, aunque presenta avances normativos y conceptuales recientes, aún enfrenta obstáculos estructurales que limitan su plena efectividad.

**Palabras clave:** Educación inclusiva; Políticas públicas; Derechos humanos; Inclusión escolar.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem ocupado lugar central nos debates educacionais brasileiros nas últimas décadas, especialmente a partir da consolidação de marcos legais orientados pelos direitos humanos. No período de 2023 a 2026, observa-se a intensificação de discussões acerca da efetividade da política nacional de educação inclusiva, em meio a mudanças governamentais, revisões normativas e disputas ideológicas sobre o papel da escola na garantia do direito à educação.

O problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em compreender de que maneira as políticas públicas voltadas à educação inclusiva avançaram ou retrocederam no Brasil nesse período recente. Tal questionamento justifica-se pela relevância social e educacional do tema, considerando que a inclusão escolar impacta diretamente a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da educação especial.

O objetivo geral do trabalho é analisar criticamente os avanços e os retrocessos da política nacional de educação inclusiva entre 2023 e 2026, à luz de referenciais teóricos consolidados e de documentos oficiais. Especificamente, busca-se discutir os fundamentos conceituais da educação inclusiva, os marcos legais vigentes e os desafios para sua implementação nas redes de ensino.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva fundamenta-se na compreensão de que a diversidade humana é inerente às relações sociais e educativas, devendo ser considerada como valor pedagógico e não como obstáculo ao processo de ensino-aprendizagem. Tal concepção rompe com modelos homogêneos de escolarização e reconhece que todos os sujeitos aprendem de maneiras distintas.

Historicamente, o campo educacional foi marcado por práticas segregadoras, especialmente em relação às pessoas com deficiência, que eram encaminhadas a instituições especializadas e apartadas do ensino regular. A crítica a esse modelo impulsionou a emergência da perspectiva inclusiva, ancorada nos direitos humanos.

Segundo Mantoan (2003, p. 16), “incluir é reconhecer que todos os alunos têm direito de aprender juntos, independentemente de suas diferenças”. Essa afirmação evidencia que a inclusão não se limita ao acesso físico à escola, mas envolve a transformação das práticas pedagógicas.

A educação inclusiva também se articula à noção de equidade, compreendida como a oferta de condições diferenciadas para garantir oportunidades reais de aprendizagem. Nesse sentido, tratar igualmente os desiguais configura-se como forma de exclusão, conforme apontam diversos estudiosos da área.

Sasaki (2010) destaca que a inclusão pressupõe a adaptação dos sistemas sociais às necessidades das pessoas, e não o inverso. Assim, cabe à escola reorganizar currículos, metodologias e avaliações para atender à pluralidade dos estudantes.

Outro elemento central desse debate refere-se à mudança de concepção sobre deficiência, que deixa de ser compreendida apenas sob o viés médico e passa a ser analisada a partir do modelo social. Tal abordagem enfatiza as barreiras impostas pelo meio como fatores limitadores da participação social.

A perspectiva inclusiva também dialoga com o princípio da educação como direito fundamental, previsto em tratados internacionais e na legislação brasileira. A escola, nesse contexto, assume papel estratégico na promoção da cidadania e da justiça social.

Autores como Glat (2011) defendem que a construção de uma cultura escolar inclusiva exige tempo, investimento e compromisso coletivo, uma vez que envolve mudanças profundas nas crenças e atitudes dos profissionais da educação.

A formação docente constitui-se como eixo estruturante da educação inclusiva, pois professores despreparados tendem a reproduzir práticas excludentes, ainda que inseridos em sistemas legalmente inclusivos.

Além disso, a participação da família e da comunidade escolar é elemento essencial para a consolidação de práticas inclusivas, fortalecendo redes de apoio ao processo educativo.

A inclusão escolar, portanto, não pode ser reduzida a uma política

compensatória, mas deve ser compreendida como projeto educacional amplo, comprometido com a diversidade e com a qualidade social da educação.

Dessa forma, os fundamentos conceituais da educação inclusiva evidenciam que sua efetivação depende de transformações estruturais, pedagógicas e culturais no interior das instituições escolares.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo utiliza abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas legislações brasileiras sobre educação inclusiva, documentos oficiais governamentais, além de produções acadêmicas de autores reconhecidos na área. A coleta e análise dos dados buscaram identificar marcos legais, orientações pedagógicas e disputas políticas que influenciaram a política nacional de educação inclusiva no período de 2023 a 2026, com o intuito de caracterizar seus avanços e retrocessos.

### **4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

A análise dos dados coletados permite apresentar os principais aspectos relacionados à política nacional de educação inclusiva no período de 2023 a 2026, organizados em marcos legais, avanços identificados e retrocessos/desafios persistentes.

#### **4.1 Marcos legais da política Nacional de educação inclusiva**

A política nacional de educação inclusiva no Brasil encontra respaldo em um conjunto de marcos legais que reafirmam o direito à educação para todos, sem discriminação. Esses dispositivos orientam a organização dos sistemas de ensino e fundamentam as ações voltadas à inclusão escolar.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito social e dever do Estado, garantindo atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça esse princípio ao determinar que a educação especial deve integrar a proposta pedagógica da escola comum, afirmando que o atendimento deve ocorrer “preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil,

1996, p. 23).

Outro marco relevante é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta os sistemas de ensino quanto à organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status constitucional, reforça o direito à educação inclusiva em todos os níveis.

No período de 2023 a 2026, observa-se a retomada de discursos alinhados a essa convenção, embora permeados por tensões políticas e administrativas. Segundo Carvalho (2019), a existência de legislação avançada não garante a efetivação da inclusão, sendo necessário monitoramento e investimento contínuo. As normativas recentes também destacam a importância da acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica, mas sua interpretação varia entre os entes federativos, gerando desigualdades na implementação.

#### **4.2 Avanços observados entre 2023 e 2026**

Entre os anos de 2023 e 2026, a política nacional de educação inclusiva apresentou avanços relevantes no plano discursivo e normativo, especialmente no que se refere à reafirmação dos direitos educacionais das pessoas com deficiência.

Um dos principais avanços foi a retomada de diretrizes alinhadas à educação inclusiva como princípio dos sistemas educacionais, em consonância com tratados internacionais de direitos humanos. Houve também ampliação do debate sobre a formação continuada de professores, reconhecendo-se que a prática inclusiva exige conhecimentos específicos (Glat, 2011).

Outro avanço refere-se à valorização do AEE como serviço complementar e não substitutivo à escolarização comum. Observa-se, ainda, maior visibilidade das discussões sobre acessibilidade curricular, com incentivo à flexibilização de estratégias de ensino e avaliação. Programas voltados à equidade educacional também ganharam espaço, buscando reduzir desigualdades no acesso e permanência escolar.

No campo institucional, houve maior articulação entre educação e outras políticas sociais, como saúde e assistência social, favorecendo o atendimento integral dos estudantes. Carvalho (2019) ressalta que esses avanços simbólicos e normativos contribuem para consolidar uma agenda pública comprometida com a diversidade.

### **4.3 Retrocessos e desafios persistentes**

Apesar dos avanços identificados, o período de 2023 a 2026 também foi marcado por retrocessos e desafios que comprometem a efetivação da política.

A insuficiência de financiamento público constitui um dos principais entraves, impactando a oferta de recursos pedagógicos, a acessibilidade e a formação docente. Bueno (2017) aponta que políticas inclusivas fragilizadas orçamentariamente tendem a reproduzir desigualdades entre redes e regiões.

Outro desafio recorrente refere-se à precarização das condições de trabalho dos professores, que dificulta a implementação de práticas inclusivas. Persistem, ainda, concepções medicalizantes da deficiência, que deslocam a responsabilidade da inclusão para o indivíduo e não para o sistema educacional. Em citação direta, Mendes (2010, p. 55) afirma que “a inclusão escolar não se efetiva apenas por decretos, mas por mudanças concretas nas práticas pedagógicas e na cultura escolar”.

Há também resistência institucional à reorganização curricular e metodológica, mantendo práticas homogêneas de ensino. A ausência de acompanhamento sistemático e a fragmentação das ações governamentais dificultam a consolidação de uma política inclusiva contínua e articulada, revelando a distância entre o discurso oficial e a realidade das escolas públicas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou analisar os avanços e os retrocessos da política nacional de educação inclusiva no Brasil entre 2023 e 2026, a partir de uma abordagem teórica e documental. Constatou-se que, embora haja avanços no plano normativo e discursivo, a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta desafios significativos.

Os principais achados indicam que a consolidação da educação inclusiva depende da articulação entre legislação, financiamento adequado, formação docente

e mudança de concepções pedagógicas. Conclui-se que a política nacional de educação inclusiva requer continuidade, coerência e compromisso ético-político, a fim de garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

Adicionalmente, torna-se evidente que a superação dos desafios identificados exige planejamento de longo prazo e fortalecimento da cooperação entre União, estados e municípios. A ausência de políticas integradas compromete a sustentabilidade das ações inclusivas e amplia as desigualdades educacionais.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de investimento contínuo na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a complexidade do trabalho pedagógico em contextos diversos. A qualificação docente constitui elemento central para a efetivação de práticas inclusivas consistentes.

Ressalta-se, ainda, a importância do acompanhamento e da avaliação sistemática das políticas públicas, a fim de assegurar transparência, eficiência e adequação às demandas reais das escolas. Esse monitoramento permite ajustes e redirecionamentos necessários à efetividade das ações.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das reflexões sobre a política nacional de educação inclusiva, incentivando novas pesquisas e debates acadêmicos que fortaleçam a construção de uma educação democrática, equitativa e socialmente referenciada.

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 2017.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos is. Porto Alegre: Mediação, 2019.

GLAT, R. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo:

Moderna, 2003.

MENDES, E. G. A educação inclusiva e o direito à diferença. São Paulo: Cortez, 2010.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

